

LIVROS PROIBIDOS DURANTE O ESTADO NOVO



EXPOSIÇÃO ORGANIZADA PELA
BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EM COLABORAÇÃO COM
**PLANO NACIONAL DAS ARTES
REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES**

FICHA TÉCNICA

CONCEÇÃO E TEXTOS

A. E. Maia do Amaral

CRIAÇÃO DE OBJETO

Atelier do Corvo

DESIGN GRÁFICO

Alexandra Oliveira, Círculo de Artes Plásticas de Coimbra

AGRADECIMENTOS

A Escola da Noite

Amílcar Cardoso

Bonifrates

Carla Simões

Casa da Esquina

CITAC

Elsa Girão

Humberto Martins

João Gouveia Monteiro

João Maria André

José Diogo

José Neto

Luís Pedro Madeira

Marionet

Teatrão

TEUC

Verónica Zanon

PROPOSTA DAS COORDENAÇÕES LOCAIS DO PLANO NACIONAL DAS ARTES E DA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

António Cerdeira

Helena Duque

LEITURAS

Adriana Campos

Alexandra Silva

Alexandre Lemos

Alexandre Oliveira

Ana Teresa Santos

Bonifrates

Bruna Marques

Carolina Andrade

Cláudia Carvalho

Cristina Grimaldi

Gil Mac

Helena Faria

Hugo Inácio

Igor Lebreaud

Isabel Craveiro

João Paulo Janicas

João Santos

Jorgette Dumbay

José Geraldo

José Nelas

Margarida Sousa

Maria Antónia Sousa

Maria João Robalo

Mariana Banaco

Mário Montenegro

Matilde Paz

Miguel Magalhães

Pedro Lamas

Ricardo Correia

Ricardo Kalash

Rui Damasceno

Sofia Lobo

PRODUÇÃO EXECUTIVA E COMUNICAÇÃO

Isabel Campante



ORGANIZAÇÃO



APOIOS



A CENSURA COMO PRÁTICA DE LEITURA

Quando pensamos em livros proibidos pensamos na limitação à liberdade de pensamento e de circulação de palavras e ideias, por um lado, e nas estruturas políticas dos Estados que vigiam e licenciam as publicações, por outro. Certas ideias não podem circular porque ameaçam a ordem instituída, seja uma determinada ordem política e social, seja uma certa ordem mental e verbal do pensável e do dizível.

A censura tomou muitas formas ao longo da história. «Livros Proibidos Durante o Estado Novo» oferece-nos uma pequena amostra de livros censurados de autores portugueses durante aquele período. Ao cruzar edições fac-similadas das publicações originais com as apreciações dos censores, esta exposição tem um duplo objetivo pedagógico: dar a conhecer a história social e política através das obras censuradas e permitir observar a censura como prática de leitura documentada nos próprios pareceres que justificam a proibição.

Ao associar-se ao Plano Nacional das Artes e à Rede Nacional de Bibliotecas Escolares nesta iniciativa, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra contribui para a disseminação da história do livro no espaço público e para o conhecimento da história portuguesa do século XX. Conhecer a história da proibição dos livros é uma forma de olharmos retrospectivamente para as transformações trazidas pelo 25 de abril de 1974, mas também de interrogarmos criticamente a leitura enquanto prática social e política.

Manuel Portela

Diretor BGUC

EXPOSIÇÃO

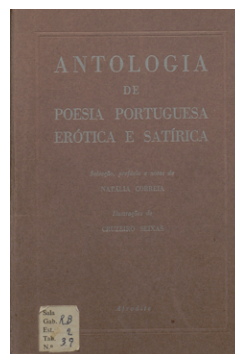


No Estado Novo (1926–1974), censuravam-se os jornais, as revistas, as peças de teatro, os filmes e a televisão ainda antes de chegarem ao público; era a chamada *Censura Prévia*. A Literatura também podia ser censurada, mas geralmente só depois de estar publicada. Não havia capacidade de examinar tudo antecipadamente e se um livro fosse proibido depois de impresso o prejuízo da editora seria muito mais grave.

A exata extensão das atividades da Direção dos Serviços de Censura ainda se ignora porque as suas instalações em Lisboa foram invadidas por populares em 26 de abril de 1974 e parte da documentação perdeu-se. Estima-se que os censores tenham examinados entre 7 a 10 mil livros, muitos deles proibidos por «inconvenientes» e os seus autores vigiados ou perseguidos pela Polícia Política do regime. Aqui mostram-se só livros de portugueses, mas também foi muito grande o número de traduções proibidas.

Nalguns casos, as razões da proibição eram quase ridículas. Escrever a palavra «vermelho» podia levar a um corte porque os leitores empregues pelos Serviços da Censura (de início, militares) podiam ficar na dúvida se o «vermelho» se referia ou não a comunista. E, havendo dúvida, censurava-se! Por vezes, a Censura só não atuava para que uma Proibição não acabasse por fazer publicidade adicional à obra.

Uma das obras proibidas mais conhecidas foi a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (1965) porque a sua proibição e apreensão por «ofensiva do pudor geral, da decência e da moralidade pública e dos bons costumes» conduziu os responsáveis a julgamento criminal, no Tribunal Plenário da Boa Hora (Lisboa): apesar de ali ter sido «reconhecido o mérito literário da obra», saíram condenados em prisão remível a multa, em 21 de março de 1970, Natália Correia, organizadora, Fernando Ribeiro de Mello, editor e a maioria dos autores vivos incluídos nessa *Antologia*.

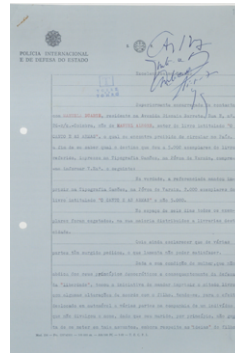


Desde 1939 que Miguel Torga era vigiado como «oposicionista» pela PVDE/PIDE, que acerca dele reuniu 455 páginas de informações, em vários processos. Algumas das suas obras foram proibidas, como *O Quarto Dia*, que lhe valeu dois meses de prisão, mas a maior parte delas foram «nem Autorizadas, nem Proibidas, por razões óbvias». Foi o caso de *Bichos*, que não podia ser mencionado nos jornais nem existir em bibliotecas de agremiações populares. Quais fossem essas «razões óbvias» da Censura, elas hoje nada têm de óbvio para nós.

Bateu à porta o agente
Mostrou o cartão e disse
Fomos informados.
Entrou
Percorreu a casa toda
Revistou revistou os livros.
Era já tarde
Era a segunda vez.
Disse
Tenha cautela.
Saiu
fechou a porta.
Fechei-me.

Ana Hatherly
Poesia: 1958-1978

Manuel Alegre, já refugiado no exílio, também foi uma vítima: os seus livros de poesia *Praça da Canção* (1965) e *O Canto e as Armas* (1967) foram proibidos e os (poucos) exemplares encontrados pela PIDE foram apreendidos. É que ambas as edições se tinham esgotado em poucos dias. Poemas desses dois livros tornaram-se símbolos da luta antifascista, cantados, entre outros, por Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire e Luís Cília.



Informação de um agente da PIDE sobre a inquirição de Manuela Duarte, mãe de Manuel Alegre, relativa à edição de *O Canto e as Armas*, 15 jun. 1970.



Um dos casos mais extraordinários deu-se com o *Dinossauro Excelentíssimo* de J. Cardoso Pires. O livro acabara de sair e o deputado da «ala liberal» Miller Guerra afirmou na Assembleia Nacional que não havia liberdade em Portugal. Para o contrariar, o deputado Casal-Ribeiro (ultraconservador) perguntou-lhe, precipitadamente:

«V. Exa. falou no falso conceito de liberdade. E eu pergunto o seguinte: V. Exa. quer mais liberdade do

que aquela que nós vivemos neste momento, quando se permite, por exemplo, a saída de um livro ignóbil chamado *Dinossauro Excelentíssimo*?»

(*Diário da Sessões*, n.º 201, 29 nov. 1972, p. 3960–3961).

Apontado estupidamente como um exemplo da liberdade, a Censura ficou sem capacidade de atuar, em relação ao livro e ao seu autor. E foi um verdadeiro sucesso, com seis edições em 1972–1973.

1

CASA SEM PÃO DE MARIA ARCHER

O processo de censura neste caso foi complexo e o livro voltou várias vezes às mãos dos censores literários. De acordo com Ana Bárbara Pedrosa, «No caso de Maria Archer, parece-nos que a ação da censura teve um peso relevante. Graças a ela, a autora perdeu o seu meio de subsistência, tendo de viver mais de duas décadas fora de Portugal. Além disso, enformou-lhe a criação, já que teve de alterar a sua obra de forma que esta pudesse passar ilesa pela mão dos agentes censórios» (p. 11).

PROIBIDO POR "IMORAL"

Ouve aqui um dos «passos mais escabrosos» do romance, lido por Isabel Craveiro (Teatrão)

Um dos extratos assinalados no relatório do censor M. Rodrigues Carvalho: «Os seus únicos brinquedos eram as bonecas. Bonecas que acalentava no colo, que vestia e despia, como se fossem baminos. E às vezes, no quarto, às ocultas, as faces muito coradas, sentindo o sangue a circular vivamente, Adriana chegava a boca da boneca ao bico do seu pequeno seio.

Gustavo não sentiu a falta da mãe, porque Adriana o tomou nos seus braços maternos. O irmão passou a ser a sua boneca. Criava-o como se brincasse com ele. Mas também passava noites em claro ao pé do seu berço (...) não tardou que aquela menina de doze anos, bela e heroica, tivesse uma reputação de prodígio.»



Archer, Maria, 1899–1982
Casa sem pão : romance.
Lisboa : Empresa
Contemporanea de Edições,
1947.

2

IDA E VOLTA DUMA CAIXA DE CIGARROS DE MARIA ARCHER

O livro saiu com críticas muito desfavoráveis em jornais situacionistas. A Censura requisitou um exemplar para ser examinado e verificando que «nas duas primeiras novelas, de caracter acentuadamente erótico, a autora compraz-se na volúpia do pormenor sensual, que parece ser o único objetivo», proíbe o livro e pede a sua apreensão à Polícia.

PROIBIDO E APREENDIDO

Ouve aqui extratos «acentuadamente eróticos» da primeira novela, lidos por Adriana Campos

«Uma noite, em casa dela, no mesmo quarto onde agora recordava o passado, abandonara-se às carícias de Manuel. Ela ardia como se no seu corpo se concentrasse todo o esplendor de uma manhã de sol. Esperava perder-se numa apoteóse sem par; mas a sensação não correspondera à ansiedade. Que se passara nela, nêle, no ambiente? Um não sei quê surgira, paralisando-a como se fora assombrada. Ah! Como Manuel se despeára! Contraído, torcido, a cara vincada como máscara de tragédia! Marietta chegara a ter medo. E frágil de corpo, enfermiço, não deixava nela a dor fascinante do esmagamento, a violência sedutora dum vendaval irresistível. Sim, era ardente no amor, vibrante, sedento das horas infinitas que se não contam. Mas largava-a insatisfeita, intacta na sua ansiedade, inquieta e aterrada perante o deus que descia à terra e regressava ao seu trono de núvens sem deflagrar o milagre.» (p. 21-22).



Archer, Maria, 1899–1982
Ida e volta duma caixa de cigarros : novelas.
Lisboa : Editorial O Século, 1938.

3

NOVAS CARTAS PORTUGUESAS DE MARIA ISABEL BARRENO, MARIA TERESA HORTA E MARIA VELHO DA COSTA

As *Novas Cartas Portuguesas* foram um dos maiores «escândalos literários» do final do regime. Três feministas juntaram-se para escrever coletivamente um livro a três mãos, onde os contributos de cada uma não se podiam identificar. O livro foi proibido e as autoras foram inquiridas e julgadas por «pornografia e ofensas à moral pública».

PROIBIDO E AS RESPONSÁVEIS PROCESSADAS

Ouve aqui partes da sentença que absolveu as autoras, lidas por Rui Damasceno

Sentença proferida pelo juiz Dr. Acácio Artur Lopes Cardoso, em 7 de maio de 1974:
«O Ministério Público acusa os réus:

(...) Durante a impressão levantou-se a questão de prosseguir na tarefa já que o seu conteúdo imoral e pornográfico alertou um dos operários. Suspensos os trabalhos de tipografia por ordem da editora, entrou esta em contacto com as autoras, às quais sugeriu a alteração de certas passagens do livro de conteúdo mais imoral, ao que elas acederam.

Todavia tal retoque, não impediu que ficasse ainda um conteúdo pornográfico e atentatório da moral pública, para os efeitos do artº 420 do Cód. Penal, especialmente nas páginas 89, 99, 100, 122, 123, 140, 141, 165, 167, 214, 215 e 216.(...)

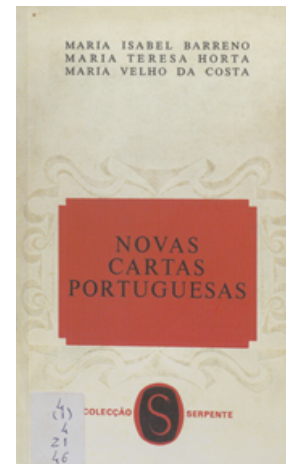
Os réus (...) em síntese aduzem:

(...) Porque o seu propósito foi unicamente (...) expor em toda a sua crueza a situação de inferioridade da mulher (...) aceitou a sugestão da editora de se alterarem duas ou três palavras do texto inicial porquanto essa alteração não prejudicava a força das ideias que se pretendia transmitir;

(...) No todo ou em parte jamais a este livro poderá caber a designação de imoral ou pornográfico (...) obra de intenção moral no mais amplo conceito da palavra.

Concluindo:

(...) o livro *Novas Cartas Portuguesas* não é pornográfico nem imoral. Pelo contrário: é obra da arte de elevado nível, na sequência de outras obras de arte que as autoras já produziram.»



Barreno, Maria Isabel, 1939–2016, e outras
Novas cartas portuguesas /
Maria Isabel Barreno,
Maria Teresa Horta,
Maria Velho da Costa.
[Lisboa] : Estúdios Cor, imp.
1972.

4

O TESTAMENTO DE FIAMA HASSE PAIS BRANDÃO

Sabe-se que esta peça de teatro foi proibida pela Direção Geral dos Serviços de Espetáculos (DGSE), em 2 de setembro de 1963, oito meses após a sua publicação, mas não se conservou o documento que suportava esta proibição. Com diálogos surreais, coloca em palco um casal que vai ver uma peça ao teatro, subvertendo assim os lugares/papéis tradicionais do palco e da plateia, para que o público se identifique com a revolta que se encena no palco.

PEÇA PROIBIDA DE SE REPRESENTAR E DE CIRCULAR IMPRESSA

Ouve aqui partes do Coro do I Ato, lidas por Bruna Marques, Jorgette Dumby e Maria Antonia Torres (CITAC)

«Coro:

(...) Vamos gritar enquanto é tempo, enquanto o Poder se distrai, por instantes, em espetáculos e em prazer, enquanto o Poder se senta em plateias e nos esquece. Vamos aproveitar para dizer qualquer coisa fora de portas. Vamos gritar de encontro às portas. Uma voz do coro:

Um de nós levantou-se por todos. Um de nós quis falar e não o deixaram. E apenas pedia o que necessitava. Sempre a necessidade é crime. Em todos os decretos se proíbe a necessidade.

Coro:

(...) Começámos enfim a gritar por todas as ruas. A nossa força é a da justiça. É a força das mãos e dos corpos. Agora começámos a marcha e não há obstáculos contra o nosso corpo. A luta é feita com as nossas mãos.» (p. 38, 39).



Brandão, Fiamma Hasse Pais, 1938–2007
O testamento.
Lisboa : Portugália, 1962.

5

—

ESTRADA NOVA DE PAPINIANO CARLOS

Este foi o segundo livro de poesias de Carlos Papiniano, autor «neorrealista» nascido em Moçambique e, a partir dos 10 anos, estabelecido no Porto, onde se formou em Engenharia. O Porto atribuiu-lhe em 2009 a Medalha de Mérito (Ouro) da Cidade. A obra foi bem recebida, mas logo apreendida pela polícia política. Militante do PCP desde os anos quarenta, o autor foi 3 vezes preso pela PIDE e impedido de ser professor.

—

APREENDIDO E PROIBIDO

Ouve aqui versos de esperança num futuro melhor, lidos por Matilde Paz (Bonifrates)

«Eu sou o vento que havia de vir,
Venho das terras
Onde os homens já estão nascendo irmãos.
(...)
Eu sou um vento sementeador.
As minhas sementes são homens e mulheres
E o meu gesto é o mais belo
Que o mundo viu:
Da terra negra os homens novos brotam
E as novas mulheres,
E, erguendo os braços, o Sol os veste
De fraternidade.»
(poema Identidade, p. 9)

—

APREENDIDO E PROIBIDO

Ouve aqui um poema sobre *Nós* por João Paulo Janicas (Bonifrates)

«Quem virá para salvar o mundo?
Os deuses faliram,
Todas as súplicas resultaram inúteis.
Mesmo a grande esperança que Jesus trouxe
Foi ultrajada.
E Jesus não volta mais.
Os vendilhões abriram tendas inumeráveis
E Judas multiplicou por milhões os 30 dinheiros.
Por isso as cidades foram abrasadas



Papiniano, Carlos, 1918–2012
Estrada nova : caderno de poemas / capa de Júlio Pomar.
[S.l.] : ed. do Aut., imp. 1946
(Porto : Livraria Progredior).

E os heróis moços tombaram
Entre as papoilas rubras da planície.
E a angústia suprema alagou os campos e as cidades
E se fechou a maior noite dos tempos.
Agora só NÓS salvaremos o mundo.» (poema Presença, p. 24).

6

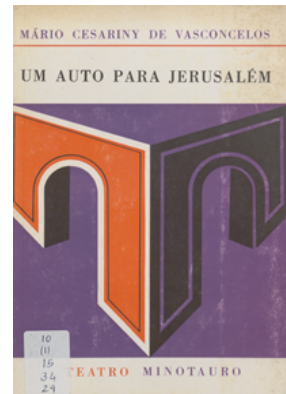
UM AUTO PARA JERUSALÉM DE MÁRIO CESARINY

Editada na coleção *Teatro Minotauro*, com tiragem de 3 mil exemplares, foi proibida em 1965, mandada apreender e a maior parte destruída pela PIDE. A peça inspira-se num conto de Natal de outro «marginal» (Luiz Pacheco), onde Jesus sai de casa aos 12 anos para discutir com os Doutores e apelar à «ação direta». A Autoridade entra em cena para prender os «conspiradores»: quer levar o Menino para uma casa de correção e os Doutores para a prisão.

PROIBIDO DE CIRCULAR E OS EXEMPLARES DESTRUÍDOS

Ouve [aqui](#) a apreciação de censor, lida por Igor Lebreaud
(A Escola da Noite)

Parecer do Capitão José Brandão Pereira de Mello, de 15 de março de 1965:
«Esta obrinha de um dos próceres do surrealismo português parece-me absolutamente inaceitável, isto é: francamente censurável (digna da mais severa censura) não só pela irreverência, em matéria religiosa ou de fé, como pela chocante intromissão satírico-política no tema filosófico-moral que o A. se propôs. A *fala* de Jesus (págs. 34 a 53) é absolutamente definidora do espírito achincalhante da obrinha, que, por isso, bastantemente por isso, me parece de proibir».



Cesariny, Mário, 1923–2006
Um auto para Jerusalém.
Lisboa : Minotauro, [1964?].

7

FALSOS PRECONCEITOS DE NITA CLÍMACO

À época, calculou-se que tenha vendido mais de 5 mil exemplares: a primeira edição esgotou em 10 dias e a autora fez uma segunda «destinada ao Brasil», em 1969. A autora, a viver em Paris, já esperava a proibição desta obra centrada em relações homoeróticas, consideradas então não só «imorais» como «criminosas». Com efeito, a obra seria proibida por despacho de 7 de agosto de 1964, que, todavia, não se conservou, ou que ainda não foi localizado nos arquivos da Censura.

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve [aqui](#) um excerto da obra, lido por Margarida Sousa (O Teatrão)

«— (...) Que irão pensar de si, ao saber-se que parte sozinha para Paris?

— O que os outros pensarem de mim não me interessa. Apenas me pode interessar o que o Dr. quiser pensar. Mas, sabendo-o meu amigo e uma pessoa inteligente, e conhecendo-me melhor que qualquer outro, não acredito que possa pensar que eu procedo mal ao querer realizar o meu sonho de ir a Paris. De resto, estou farta de ser escrava do 'diz-se', dos falsos e hipócritas preconceitos que nos acorrentam à vida e servem só para nos darem falsas ilusões!

— Que fôlego!... Onde é que a calma e discreta Mariana foi buscar todas essas ideias?

/p. 23/

— Não me diga que também me vai acusar de ser comunista, só pelo facto de querer pensar pela minha cabeça e não pela cabeça dos outros... Parece-me que a última moda é chamarem-nos comunistas quando temos ideias pessoais, e não aceitamos o que se classifica de 'as conveniências' ou o 'costume'. Com franqueza, como se uma ida a Paris pudesse ser considerada um crime!... Como se viajar sozinha não fosse menos inofensivo do que se partisse daqui acompanhada!...». (p. 22-23).



Clímaco, Nita, pseud.
Falsos preconceitos.
Lisboa ; Paris : Edição da
Aut., 1964.

8

O ENCOBERTO DE NATÁLIA CORREIA

É a décima nona obra da autora, e a sexta a sofrer censura. Natália Correia será, tudo indica, a mais censurada das autoras portuguesas. A Direção Geral dos Serviços de Espetáculos já havia proibido a peça de subir à cena, a 6 de junho de 1968, e foi, de novo, proibida de circular impressa, por parecer da PIDE, de 3 de fevereiro de 1970. Contudo, o ficheiro (com o número 8 711) que dita esta proibição não se encontrou no arquivo.

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve aqui parte do «Parecer» do censor, lida por Ricardo Correia (Casa da Esquina)

Relatório n.º 8 665, de 3 de fevereiro de 1970:

«É uma peça sobre o mito do regresso de D Sebastião, o "Encoberto". Trata-se do desenvolvimento em estilo de "paródia" de assunto histórico, com não poucas pinceladas pornográficas, à maneira de 'Natália Correia', com alusões ao povo português ou a figuras históricas com expressões de chacota e uma clara intenção de ridicularizar. Vejam-se os exemplos das páginas 13, 14, 19, 22, 26, 38, 40, 43, 57, 59, 60, 64, 65, 112 e muitas outras passagens, que vão anotadas no livro e não vale a pena numerar. Conclusão: Julgo ser de proibir, por inconveniência política e ser pornográfica.»



Correia, Natália, 1923–1993
O encoberto.
Alfragide : Galeria Panorama,
1969.

9

O VINHO E A LIRA DE NATÁLIA CORREIA

Esta obra é exemplo da verdadeira perseguição que a PIDE moveu à autora: não sendo das obras poéticas mais eróticas, nem tão crítica do Regime como outras, além do nulo valor literário (na opinião do censor), o seu «pior mal» foi anunciar obras da «maior inconveniência», publicadas pela mesma editora: o *Kama Sutra*, a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* e *A Filosofia na Alcova*, todas elas já proibidas.

PROIBIDO DE CIRCULAR (E NUNCA REEDITADO)

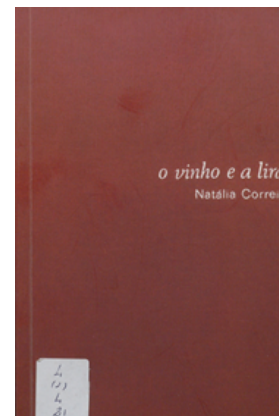
Ouve aqui o «Parecer» da PIDE, lido por Miguel Magalhães (A Escola da Noite)

Parecer que proibiu a obra, assinado pelo «leitor» Joaquim Palhares, em 6 de junho de 1966:

«Como a função destes Serviços não é de índole literária não cabe aqui a apreciação do valor literário desta obra que me parece nulo. Todavia há que assinalar as suas intenções e expressões que considero muito más.

Apresentam-se no decurso da obra expressões eróticas imorais, algumas expressas em termos escatológicos e insinuações de ordem política com tendência dissolvente, o que é suficiente para se propor a sua proibição de circulação no país.

Mas o pior mal está no desplante com que se anuncia neste livro a edição e a distribuição de livros da maior inconveniência anti-social, já anteriormente proibidos por estes Serviços, facto que a meu ver justificava uma severa punição.»



Correia, Natália, 1923–1993
O vinho e a lira.
Lisboa : Fernando Ribeiro
de Melo : Edições Afrodite,
[1966?].

10

SETE ODES DO CANTO COMUM DE ORLANDO DA COSTA

O leitor dos Serviços de Censura sugere a proibição por serem «sete poesias de índole pacifista e comunista, e dedicadas a pessoas que professam ideias comunistas». Essas pessoas eram o escritor Armindo Rodrigues (1904-1993), o poeta francês Paul Éluard (1895-1952), a jornalista Maria Antónia Palla (que veio a ser sua mulher e ainda viva), os militantes comunistas Carlos e Maria Adelaide Aboim Inglês e a feminista Maria Lamas (1893-1983). Nesse tempo, eram suficientes as *Dedicatórias* para se proibir um livro!

APREENDIDO E PROIBIDO

Ouve aqui excertos do poema dedicado a Maria Lamas, aos 61 anos, lidos por José Carlos Nelas (Bonifrates)

«Porque trazes na voz a voz das companheiras
Companheira te chamamos
Porque no teu olhar se alargam os olhos que semeiam e vigiam
O sol a todas as alturas o sol dos meninos e das colheitas
Porque nele se tornam mais límpidos os límpidos olhos das namoradas
Companheira te chamamos

(...)

Porque até o sol remoça na neve tranquila dos teus cabelos
E o vento sopra-te com a mesma força que a nós
Companheira te chamamos
Porque as palavras na tua boca
Têm a medida do mundo e a face dos mortais
Porque no teu ventre a fome e a vida se completaram
Porque no teu rosto fala o tempo até nós
Mãe te chamaríamos
Companheira te chamamos.»
(poema Ode Sexta, p. 33-34).



Costa, Orlando da,
1929–2006
Sete odes do canto comum.
Lisboa : Centro Bibliográfico,
1955.

11

A QUESTÃO AGRÁRIA EM PORTUGAL DE ÁLVARO CUNHAL

Redigido nos anos 50, em «circunstâncias particularmente adversas», quando Cunhal estava preso na Penitenciária de Lisboa, foi primeiro publicado (1966) em russo, na Editorial Progresso, de Moscovo. Na apreciação do «leitor» da PIDE Estevão Martins pode ler-se que «a personalidade do autor, português renegado, a sua nefasta atuação política e os dizeres apresentados nas orelhas da capa são suficientes para impor a proibição deste livro».

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve agui como a PIDE trabalhava, numa leitura de Alexandra Silva e José Carlos Nelas (Bonifrates)

Passo da intervenção de Francisco Melo (PCP), na sessão evocativa dos 40 anos da Revolução de Abril, Lisboa, 10 de novembro de 2014:

«Embora o pidesco *leitor* refira no seu despacho temas do conteúdo da obra, que considera serem «debatidos pelo autor de maneira revoltante por traduzirem um profundo rancor à actual situação política portuguesa», a sua leitura da obra não deve ter passado das mencionadas *orelhas da capa* pois, tendo recebido o livro para leitura no dia 2 de maio de 1969, exarou o seu despacho logo no dia seguinte. São muitas páginas, mesmo para um treinado *leitor!*»



Cunhal, Álvaro, 1913–2005
A questão agrária em Portugal.
Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

12

VAGÃO "J"

DE VIRGÍLIO FERREIRA

O romance «neorrealista» de Vergílio Ferreira foi submetido à Censura, foi proibido pela Comissão logo em 9 de março de 1947 e os exemplares disponíveis mandados apreender e inutilizar. São hoje bastante raros os exemplares da primeira edição desta obra, saídos na *Coimbra Editora*, porque a quase totalidade dos 1 100 livros impressos foram destruídos.

PROIBIDO DE CIRCULAR E OS EXEMPLARES DESTRUÍDOS

Ouve aqui os argumentos do censor, lidos por José Geraldo

Excertos da análise do censor Capitão Borges Ferreira:

«Parece que o autor esteve em qualquer vila ou aldeia, e escolheu para protagonista do seu romance a família mais asquerosa do povoado — a família Borrvalho. É uma família de degenerados, sem escrúpulos, sem dignidade. Constituída por pai, mãe e muitos filhos, dormindo todos no mesmo quarto, em que os pais têm relações sexuais diante dos filhos, sem o mais leve pudor (...) De vez em quando o autor salienta a questão social, pondo em destaque a diferença entre ricos e pobres e mostrando bem o rancor que se apodera dos segundos pelos primeiros, quando postos em presença uns dos outros. (...) Em vista do exposto, sou da opinião que o livro não deve ser publicado.»



Ferreira, Virgílio, 1916–1996
Vagão "J": romance / [capa de Victor Palla].
 Coimbra : Coimbra Editora, 1946.

13

VINTE ANOS DE MANICÓMIO DE CARMEN DE FIGUEIREDO

O original da informação dos Serviços de Censura e o despacho de proibição da obra (presumivelmente datado de 30 de janeiro de 1952) deviam estar nos arquivos do Secretariado Nacional de Censura, na Torre do Tombo, mas parecem encontrar-se em parte incerta; só conhecemos o seu teor pela citação que deles faz Cândido de Azevedo, numa obra historiográfica de 1997.

PROIBIDO E APREENDIDO

Ouve aqui a Informação do censor, lida por Ricardo Kalash
(A Escola da Noite)

Informação dos Serviços de Censura, confirmada por Despacho da PIDE – Serviços Centrais:

«Parece-me condenável este romance pelos trechos (por vezes páginas inteiras) de realismo tão cru e descrições de tal basévia [sic] e lubricidade que custa a crer terem sido escritas por uma mulher. E, afinal, todos os esses trechos absolutamente condenáveis podiam ter sido omitidos, sem prejuízo da contextura ou da acção do romance.

Os trechos principais que me parecem mais condenáveis vão assinalados a p. 16, 19, 23, 24, 25, 27-28, 42, 51, 54, 63-64, 80-81, 92, 93, 94, 97, 135-136, 167, 207 e 216.»



Figueiredo, Carmen de
Vinte anos de manicómio.
Lisboa : Empresa Literária
Universal, [1952].

14

CERROMAIOR DE MANUEL DA FONSECA

A apreciação que o censor fez desta obra é particularmente cândida, ao considerar que, sem o autor ter de «defender ou atacar qualquer tese», a realidade da vida do trabalhador rural alentejano, tal como ela se apresentava já era suficientemente detestável e, portanto, passível de censura. Não se pode ser mais ingénuo ou mais cínico do que isto!

AUTORIZADO COM CORTES

Ouve aqui trechos da avaliação do censor, lidos por Hugo Inácio

Relatório do Capitão Silva Dias, em 2 out. 1943:

«Este romance, tal como está concebido, não o julgo com possibilidades de ser autorizado.

Sem defender ou atacar qualquer tese ou preceito social, apresenta ao leitor factos concretos que revelam profundas deficiências da estrutura social, entre nós.

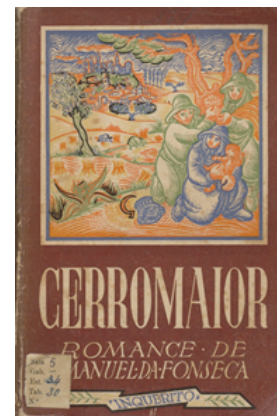
A vida dura e miserável do trabalhador rural alentejano, a carência ao mesmo de assistência social, a indiferença do abastado pelo humilde que trabalha em seu proveito, cenas pornográficas e imorais efectuadas por pessoas de melhor condição, são neste romance postas em evidência, podendo concluir-se que o seu autor não mediu os perigos para a sociedade de narrativas (...) que levam os fracos ou os menos preparados a meditações condenáveis.

A descrição da desgraça a que chegou um antigo carteiro, que fôra sempre zeloso e que enlouqueceu e foi levado para uma cadeia, onde morreu sem qualquer protecção da autoridades, dá-nos logo de começo uma má impressão do livro.

Depois espraia-se sôbre a vida angustiosa do camponês, realçando-se as inúmeras agruras dos que vivem da terra, mais parecendo mendigos. As faltas de trabalho, a diferença, doentias [sic], entre o patrão e o trabalhador e também exposições de atitudes indecorosas referentes aos amores clandestinos dum patrão, leva-nos à conclusão que inicialmente escrevi: o livro não deve ser autorizado, tal como é apresentado.

As passagens mais contundentes, eu deixo-as assinaladas nas várias páginas do romance.

Um arranjo com o que fica, julgo tornar-se difícil, pelo sabor anti-social que pode ainda deixar transparecer.»



Fonseca, Manuel da,
1911–1993

Cerromaior : romance.

Lisboa : Inquérito, imp. 1943.

15

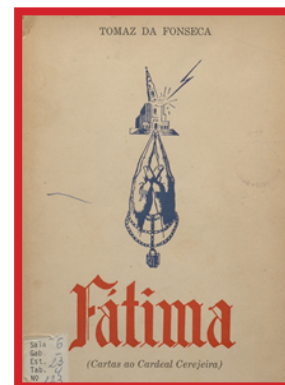
FÁTIMA: CARTAS AO CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA DE TOMÁS DA FONSECA

Publicado fora de Portugal, no Rio de Janeiro, os exemplares desta obra que aqui chegaram foram distribuídos clandestinamente. Numa obra recente diz-se que «Tomás da Fonseca parece ter sido o autor português mais castigado pela Censura – pelo menos entre os que fazem parte deste catálogo, onde consta uma dúzia de títulos seus, dos quais nove têm expressa a menção de proibidos» (Seiça2022, p. 78).

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve aqui denúncias claríssimas da repressão, lidas por Alexandre Silva (Bonifrates)

«Impostos a Portugal [estes governantes], não pelo voto livre do seu povo, que não quiseram ouvir, mas pela força das armas, de que dispunham amplamente, só uma coisa falta para a total supressão da liberdade – a Inquisição. Mas se a não puseram em vigor, com toda a velha aparelhagem e fogueiras, deram-nos coisa até certo ponto equivalente — o Santo Ofício... sem efusão de sangue, que confiam, como outrora, aos agentes do Estado [Nota dos Editores: Para ser mais claro: à Polícia de Informação e Defesa do Estado, que prende, tortura, mutila e deporta, para morrer no campo-de-concentração do Tarrafal, aqueles que a Santa Madre Igreja aponta como hereges.]. Um dos seus grandes auxiliares é a censura prévia à imprensa, cuja atuação é não só humilhante, mas cruel (...) por ter em suas mãos os cordelinhos que movem a secção onde maiores estragos se tem feito. Outra grande conquista que a Igreja Católica só aqui alcançou: o monopólio da tribuna, da cátedra, da imprensa livre de censura e da liberdade de reunião a qualquer hora, em qualquer lugar – claro está – a consequente supressão de todas essas regalias aos que se não sujeitam à tutela de Roma.» (p. 254-255)



Fonseca, Tomás da,
1877–1968

*Fátima : cartas ao Cardeal
Patriarca de Lisboa.*

Rio de Janeiro : Editorial
Germinal, imp.1955.

16

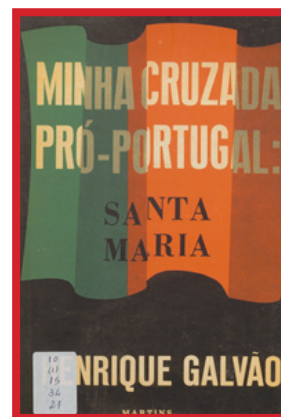
MINHA CRUZADA PRÓ-PORTUGAL: SANTA MARIA DE HENRIQUE GALVÃO

Publicado primeiro no Brasil, em 1961, *Minha Cruzada Pró-Portugal*, de Henrique Galvão, só posteriormente foi publicado em terras lusas sob o título *Assalto ao Santa Maria*. Apesar de o editor ter ainda amenizado «certas expressões mais incisivas», a obra era francamente crítica da situação política, das Forças Armadas, das instituições em geral e do próprio ditador António de Oliveira Salazar.

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve aqui o que o autor escreveu sobre Salazar, lido por Gil Mac

«Esse professor Salazar tinha fama de homem probo, temente a Deus e técnico competente. (...) Do seu fundo messiânico, a nação acreditou no HOMEM PROVIDENCIAL, com a mesma fé que emprestava a curandeiros e às mulheres de virtude. Entusiasmou-se pelo ditador e, partindo do reconhecimento das suas qualidades frias de técnico, consagrou-o, precipitadamente, como homem de todas as virtudes, inclusive das que mais evidentemente lhe faltavam. A sua vaidade, tanto mais perigosa quanto mais se apregoava a sua modéstia, conheceu então as primeiras satisfações; e a sua sagacidade de rústico mostrou-lhe que a melhor maneira de manter a ilusão popular e de gozar os seus prazeres de mito, consistia em se mostrar o menos possível, em fugir aos contactos directos com o povo, salvando-se, assim, do risco de vir a ser conhecido na verdade crua da sua personalidade. E isto conseguia-o ele tanto mais facilmente quanto, de facto, alcançado tudo quanto ambicionava e lhe aprazia — o mando discricionário — só teria de sacrificar o que lhe era indiferente ou desagradável: o convívio social, os prazeres humanos dos espectáculos e das mulheres, as distrações do homem comum, etc. Assim se apossou definitivamente do milagre e principiou a constituir a sua carapaça de intangível que, pelo tempo fora, protegeria também um mito de infalibilidade.» (p. 3-4)



Galvão, Henrique, 1895–1970
Minha cruzada pró-Portugal : Santa Maria.
São Paulo : Livraria Martins Editora, 1961.

17

—

ESTEIROS**DE SOEIRO PEREIRA GOMES**

Com capa e ilustrações de Álvaro Cunhal, este romance foi autorizado a circular, em 1942, após leitura pelo próprio diretor dos Serviços de Censura. Novamente avaliado por outro burocrata, em 1966, este último foi da opinião que devia ter sido proibido, mas para que uma proibição tardia não chamasse mais atenção, ela de facto só veio a acontecer quase trinta anos depois, e apenas na então chamada «Província» de Angola.

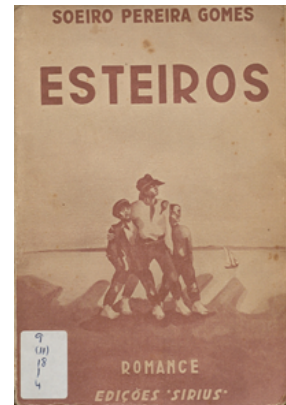
—

PROIBIDO EM ANGOLA

Ouve aqui a opinião de um censor, anos mais tarde, lida por Maria João Robalo

Parecer do leitor dos Serviços de Censura, em 1966:

«Este livro é a 5.^a edição dum romance que apareceu em 1941 e tem já portanto 25 anos de existência. É um romance regionalista de análise crítica da vida miserável das populações ribeirinhas do Rio Tejo, na zona das Lezírias, fazendo realçar a injustiça, a exploração da miséria, resultado das desigualdades sociais, no que o livro não é justo, mas antes especula. (...) Julgo por isso que este livro deveria ter sido proibido quando apareceu, mas agora deve ser ignorado, pois que a proibição agora só servia à sua propaganda no nosso meio, que o poderia ignorar.» (p. 57-58)



Gomes, Soeiro Pereira,
1909–1949
Esteiros / [capa e des. de
Álvaro Cunhal].
Lisboa : Sirius, 1941.

18

REFÚGIO PERDIDO DE SOEIRO PEREIRA GOMES

Esta coletânea de textos foi publicada postumamente, pois o autor tinha morrido a 5 de dezembro de 1949, de cancro do pulmão, aos 40 anos. Ameaçada pelos Serviços de Censura, a Sociedade Editora Norte (SEN) justificou-se: «aquele livro não é mais do que uma compilação de contos, entrevistas a jornais e escritos diversos em que a publicação original [em jornais] foi submetida a censura prévia», mas esta justificação não impediu o Diretor de ameaçar com o encerramento da editora.

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve aqui um retrato da pobreza extrema, lido por Cláudia Carvalho

«Daí a pouco, quando um senhor muito bem posto retomou a conversa, é que ela viu que era a sério.

— ... Recebe trezentos mil reis, e nós ficamos com o rapaz.

(...) Bem certo é que ali não passaria de maltrapilho e nem à escola iria. Sete anos feitos, ala para o campo para ganhar o pão que escasseava em casa. Depois, seria operário como o pai, se arranjasse lugar na fábrica, ou cavador como tantos.

— Queres ir co'aqueles senhores, Toino?

Rosinda deixava que o filho resolvesse por ela. Mas o garoto sorriu-se, sem compreender que o seu destino se jogava na resposta. A mãe que tomasse a decisão. E tomou-a, quando as sombras da tarde, acompanhando-a pela encosta da serra, convidavam a recolhimento, e o silêncio daquela hora era feito de mil vozes interiores. (...)

... E entregou o filho.» (p. 47, 48)



Gomes, Soeiro Pereira,
1909–1949
Refúgio perdido : inéditos
e esparsos.
Porto : SEN, 1950.

19

A MAGRIZELA DE MARIA DA GLÓRIA

Como diz a investigadora Ana Bárbara Pedrosa, o romance *A Magrizela* «inclui muito do que feria a moral do Estado Novo no que concerne à sexualidade (a mera afirmação da sua existência era suficiente para motivar uma censura), e ainda muito além do que seria expectável» (Pedrosa 2019), incluindo pulsões incestuosas, práticas homossexuais e necrofilia.

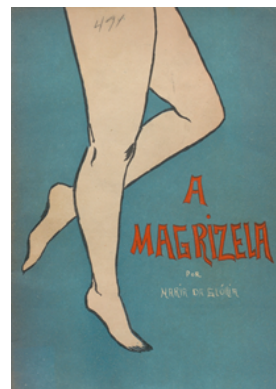
PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve aqui uma cena de amor entre duas estudantes, lida por Ana Teresa Santos (*A Escola da Noite*)

«Agarrando-se ao pescoço da outra, beijou-a levemente na boca, mas como Célia a tinha agarrado fortemente pela cintura e lhe dizia que repetisse, ela tornou a beijá-la, mas esta vez a outra tinha-lhe recebido o beijo de boca aberta. Para ali ficaram, silenciosas, emocionadas, a beijarem-se primeiro quase suavemente, depois com ardor. Os beijos sucediam-se ora na boca, ora nos olhos, ora no pescoço. Célia, enlouquecida, incitava a jovem companheira. Assim, olha. E punha de fora os grandes seios, fazendo com que Mariazinha enfiasse ali o rosto e lhe sugasse os bicos arrebitados pelo desejo.

Uma, admirada por se poder sentir e fazer tudo aquilo com uma colega, a outra deliciada por ter quem a contentasse. Assim não havia o perigo de ficar grávida, e sabia bem à mesma. Aquela Mariazinha tinha jeito. Correu a fechar a porta à chave, pois queria ser mais audaciosa mas não queria que dessem com elas naquele estado. Ela ainda se dominava um pouco, mas a Maria expandia-se naturalmente, ficando nervosa, género histérico, duma obediência total, que permitia que ela consentisse em loucuras...

A partir dessa altura, andavam sempre juntas (...)» (p. 26-27)



Glória, Maria da
A magrizela : romance.
Lisboa : [s.n.], 1962 (imp.
Oficinas Gráficas da Rádio
Renascença).

20

—

MINHA SENHORA DE MIM DE MARIA TERESA HORTA

Além da ameaça feita à editora Snu Abecassis, de encerramento da *Dom Quixote*, por causa deste livro, a autora foi pessoalmente perseguida, insultada e espancada na rua por três homens não-identificados. A poetisa recorda que, «por causa dele estive presa durante 24 horas. As paredes da minha casa foram pichadas com dizeres ofensivos e recebi telefonemas e cartas anónimas contendo ameaças» (Vieira2017).

—

PROIBIDO E APREENDIDO

Ouve aqui um dos poemas «pornográficos» do livro, lido por Helena Faria

«Poema sobre o enredo

Enredada estou de mim
Nesta febre em que me vejo
Já que enredada de ti
Não se cura o meu desejo

Que nem me pus de curar
Este fogo do teu corpo
Não me pus de enganar
Esta sede que provoco

Pois logo desenredada
Eu sei que me enredaria
Neste vício de enredar
O meu espasmo em teu orgasmo
Por sua vez enredado na branda rede dos dias»
(p. 75)



Horta, Maria Teresa, 1937–
Minha senhora de mim.
Lisboa : Publicações Dom
Quixote, [1971].

21

POESIAS E CARTAS

DE JOSÉ CRISÓSTOMO GOMES BAÇÃO LEAL

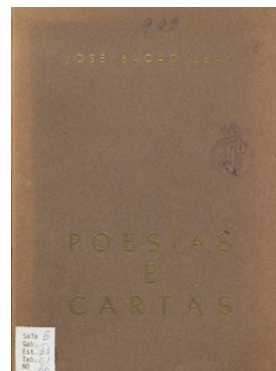
Esta coleção de cartas de um miliciano morto aos 23 anos na guerra colonial, publicadas pelo pai, tornou-se um verdadeiro libelo antimilitarista. Foi proibido de circular no país, conforme informação da Direção-Geral de Segurança, datada de 23 de dezembro de 1971. Além de proibido, consideraram-no clandestino: «dado que o presente livro não assinala a indicação do Editor, deve esta obra ser considerada clandestina», apesar de a tipografia que o imprimiu estar bem indicada.

PROIBIDO E APREENDIDO

Ouve aqui partes da Informação do censor, lidas por Alexandre Oliveira

Informação dos Serviços de Censura:

«Escrito em 1971 [sic], trata-se de obra póstuma de um combatente em África contra o terrorismo, mas imbuída de um doutrinismo político-social inaceitável ou reprovável por antinacional e negativista, há trechos elucidativos ou caraterísticos do pensamento ou ideário político-social do autor do livrinho que me parece sem o menor interesse literário ou espiritual, mas, isso sim, mais uma obra de contestação, eivada de revolucionarismo e revolta e constituindo um péssimo exemplo de uma mocidade para outras mocidades.»



Leal, José Crisóstomo
Gomes Bação, 1942–1965
Poesias e cartas.
[2ª ed.].
[S.l. : s.n.], 1971 (Porto : Tip.
Vale Formoso).

22

HISTÓRIAS DE AMOR DE JOSÉ CARDOSO PIRES

O censor considerou-o «imoral. Contos de misérias sociais e em que o aspeto sexual se revela indecorosamente. De proibir». Como notou Sofia Vargas no exemplar submetido à Censura «cenas que atualmente parecem perfeitamente inocentes, ou termos como “nu”, “camandro”, “lábios no corpo”, estão sublinhados ou riscados» (Vargas2015).

PROIBIDO POR “IMORAL”

Ouve aqui um trecho sobre o qual o censor teve dúvidas, lido por Carolina Andrade (Marionet)

«E mesmo que se metesse num carro? Suponhamos que sim e que ela se senta ao lado do volante, muito direita, as pernas unidas e as mãos a tremerem segurando os joelhos.

O homem dir-lhe-á mais ou menos isto:

“Queres ir para algum sítio?”

E ela:

“Não, senhor.”

“Nesse caso, podemos parar aí adiante.”

Esmeralda continuava onde estava, O homem deita uma olhadela a percorrer-lhe o corpo.

“Queres que feche a telefonia?”

“Como o senhor quiser.”

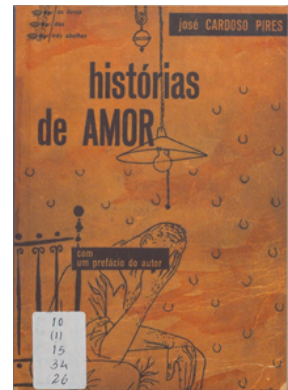
“Não. Tu é que mandas. E não gosto que me trates por senhor, combinado?”

“Sim, senhor.”

Uma gargalhada do homem que se dobra todo sobre o volante.

“Uma tipa gira. Sim senhor, não senhor. Uma tipa gira é que tu me saíste”.

“An?, e Esmeralda encara-o pela primeira vez com o espanto de quem acorda num local inesperado.» (p. 91)



Pires, José Cardoso,
1925–1998
Histórias de amor : quatro contos e uma novela.
Lisboa : Editorial Gleba,
imp. 1952.

23

—

JOGO DA CABRA CEGA DE JOSÉ RÉGIO

Júlio de Magalhães sintetizou bem que «a causa da proibição residiu no facto de o livro tratar de delicados problemas morais, tendo como pano de fundo uma questão de homossexualidade, subtilmente disfarçada, mas que, todavia, não passou despercebida aos funcionários incumbidos de zelar pelos bons costumes» (Magalhães 2022).

—

PROIBIDO E APREENDIDO

Percebe [aqui](#) como José Régio via a «anormalidade», numa leitura de João Santos (O Teatrão)

«Sabe-se que a sociedade só aos vencidos chama tarados, loucos, anormais, criminosos: só aos que se desleixam, e vestem mal, e esquecem o protocolo mundano, e evitam antigas relações, e se mostram com sujas companhias, e cometem crimes ridículos ou inábeis... em suma: só aos que não sabem salvaguardar as importantíssimas aparências. Não é esse o maior dos crimes — desprezar a sociedade a ponto de não guardar as aparências?»



Régio, José, pseud.
Jogo da cabra cega :
romance.
Coimbra : Edições Presença :
Livraria Atlântida, 1934.

24

—

POVO

DE AFONSO RIBEIRO

Natural de Moimenta da Beira, Afonso Adelino Ribeiro foi um dos primeiros escritores neorrealistas, hoje quase esquecido. Opositor ao Regime, proibido de dar aulas, sobreviveu como delegado de informação médica e foi constantemente perseguido pela PIDE. Várias vezes preso, sujeito a buscas domiciliárias, alvo de apreensão das suas obras, acabou por se exilar para o Brasil e depois para África.

—

PROIBIDO E APREENDIDO

Ouve aqui o veredito do censor, lido por Pedro Lamas

Relatório n.º 3 026 do Cap. Carlos Maria do Carmo, em 4 de julho de 1947:

«O autor publica uma série de contos, focando na sua generalidade a miséria em que vivem as classes trabalhadoras populares, oprimidas pelas classes patronais dos abastados. Pura propaganda comunista. Alguns deles têm passagens inconvenientes como as que vão assinaladas a páginas 122 a 125, 130, 132, 143, 266 e 267, além do uso de termos vernáculos.»



Ribeiro, Afonso, 1911–1993
Povo : contos / capa de Júlio Pomar.
 Porto : Ibérica, imp. 1947.

25

QUANDO OS LOBOS UIVAM DE AQUILINO RIBEIRO

Com base no relatório dos Serviços de Censura, não foi autorizada a reedição, não foram permitidas críticas na imprensa e foi dada ordem de apreensão dos exemplares que ainda existiriam. Ao autor foi instruído, em outubro de 1959, um processo-crime por «desacreditar as instituições vigentes» e só uma amnistia publicada em 12 de novembro de 1960 lhe permitiu não ir a julgamento.

PROIBIDA A CRÍTICA, PROIBIDA A REEDIÇÃO E APREENDIDO

Ouve aqui um trecho da opinião do censor, lido por Mário Montenegro (Marionet)

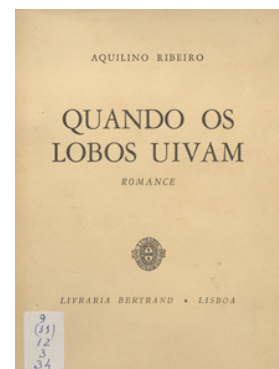
Relatório n.º 6 282 de 7 de fevereiro de 1959:

«O autor intitula este livro de romance, mas com mais propriedade deveria chamar-lhe de romance panfletário, porque todo ele foi architectado para fazer um odioso ataque à actual situação política.

Escrito numa prosa viril, classifica o governo de piratas e descreve várias Autoridades, Funcionários, Polícia, Guarda Republicana e Tribunais em termos indignos e insultuosos. Um interrogatório num posto da G.N.R. e uma audiência dum Tribunal Plenário, são focados de uma forma infamantes.

São desnecessárias mais citações, porque basta folhear o livro, encontra-se logo matéria censurável em profusão.

É evidente que, se o original tivesse sido submetido a censura prévia, não teria sido autorizado, porque é, talvez, a obra de maior ataque político que ultimamente tenho lido. Sucede, porém, estou disso certo, que já devem ter sido vendidos muitas centenas de exemplares, e muitos outros também, já devem ter passado a fronteira, por isso, deixo ao esclarecido critério de V. Exa., decidir se nesta altura, será de boa política mandar apreender o livro (...)



Ribeiro, Aquilino, 1885–1963
Quando os lobos uivam.
Lisboa : Livraria Bertrand,
cop. 1958.

26

—

ROMANCES DO MAR DE BERNARDO SANTARENO

Submetido pelo seu autor à Censura Prévia, o que não era muito frequente para um livro de poesia, confiava porventura Bernardo Santareno (pseudónimo de António Martinho do Rosário) nalguma desatenção ou fastio do leitor da Comissão de Censura, o que não parece ter sucedido: o livro foi autorizado apenas com o corte integral de "Romance do Pescador Velho", a páginas 73-78.

—

AUTORIZADO COM CORTES

Ouve aqui o «Parecer» do censor, lido por Mariana Banaco

Relatório n.º 5 496 pelo Major José de Sousa Chaves, em 31 de outubro de 1955, que justificou o corte da Comissão de Censura, em 2 de novembro de 1955:

«Versos máus, doentios, irreligiosos, anto-sociais e imorais, numa palavra, deseducativos. Entendo que não deva ser autorizado [sic] a publicar-se o presente livro.»



Santareno, Bernardo, pseud.
Romances do mar.
Santarém : Tipografia
Escolar, 1955.

27

—

RÃ NO PÂNTANO**DE ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS**

O relatório n.º 6 497 do Major José de Sousa Chaves da Comissão de Censura, arrumou em quatro linhas um veredito: «são nove contos, sete dos quais contém assuntos de índole imoral e anti-social, motivo por que entendo que o presente livro não possa circular no País».

—

PROIBIDO E APREENDIDO

Ouve aqui um trecho «imoral e anti-social», lido por Cristina Grimaldi (TEUC)

«Os indígenas não passam de crianças. Afirmou [o Administrador] a sua fé no poder persuasivo da palavra quando secundada pelo justo exemplo. O seu programa era um programa de trabalho (...)

— Homem! — Fala, dize o que pensas!

Encorajado, o velho aventureiro:

— Eu está pidindo muita desculpa siô chefe mas a gente num entende direito. Machamba é bom. Negro trabaia, tem machamba. Boi é bom. Negro trabaia, tem boi. Depois gente trabaia, trabaia, e tem casa. Casa muito bom. Mas depois inda trabaia mais? Ih!...

Um sorriso paternal iluminou o rosto do meu D. Quichote.

— Claro que sim — elucidou — depois compra carro, manda estudar os filhos.

A coisa fazia espécie ao velho chefe negro.

— Meu cabeça não é bom, siô chefe. Gente compra casa, compra carro, manda os fio no escola. Gente gosta dos fio no escola. Mas num discança nunca?

(...) Pra qui trabaia tanto pra fim discançar? Negro já está discansando...» (p. 112, 115).



Santos, António de Almeida, 1926–2016

Rã no pântano : contos / capa e il. Tóssan.

Lisboa : Parceria António Maria Pereira, imp. 1959.

28

—

ESCRITOS POLÍTICOS DE MÁRIO SOARES

Quando Mário Soares publica estes *Escritos Políticos* em «Edição de Autor» (para não ter de comprometer nenhum editor com uma obra que certamente seria proibida), encontrava-se preso sem julgamento em São Tomé. Foi preso, aliás, 12 vezes, até acabar por partir para o exílio em França, no ano seguinte. O livro foi proibido, como se esperava.

—

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve [aqui](#) o relatório do censor, lido por Alexandre Lemos

Relatório n.º 8 590, de 4 de outubro de 1969, do Cap. José Brandão Pereira de Mello com Despacho de Proibido da Comissão de Censura:

«Não se trata de matéria política de propaganda eleitoral, mas sim de um ataque ao Governo e às bases orgânico-políticas do actual sistema político-social.

Aliás, em termos geralmente inconvenientes, pois alguns trechos capitulares tiveram, confessadamente, intervenção da Censura, quando apresentadas [*sic*] para jornais diários.

Tratando-se pois, como se trata, de uma obra de puro ataque político mal-intencionado e inoportuníssimo, parece-me preferível proibir a sua circulação.»



Soares, Mário, 1924–2017

Escritos políticos.

Lisboa : Ed. do Aut., 1969.

29

—

LUANDA

DE JOSÉ LUANDINO VIEIRA

O livro foi publicado e premiado em Luanda com o seu autor preso por razões políticas no Tarrafal. Foi de novo premiado em Lisboa pela Sociedade Portuguesa de Escritores, o que motivou o assalto e destruição da sua sede por «desconhecidos», na realidade por elementos afetos à PIDE e Legião Portuguesa, na noite de 21 de maio de 1965. Os membros do júri foram presos e a S.P.E. legalmente extinta por causa da atribuição deste prémio.

—

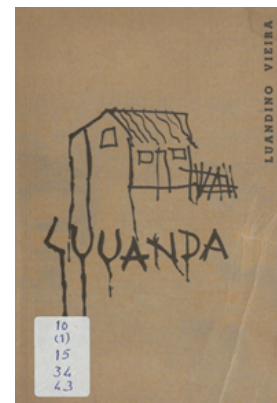
PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve aqui um trecho de um dos contos, lido por Sofia Lobo

«Chegou mais junto dela e parecia o vento frio do cacimbo tinha ficado quente nessa hora mesmo.

— Senta no chão, dá mais jeito Gágá...

Tinha voz dela doce outra vez e os olhos macios. Empurrou-lhe o pé na barriga, com devagar de gato, o largo pé descalço de menina de musseque, mesmo em cima do meio das pernas, para pôr cócegas, e um fósforo aceso correu no sangue de Garrido, jindungo, quissondes a morder-lhe, era bom. (...) Mas como ia fazer nessa hora em que todo ele tremia, cheio de frio do calor no sangue e a mão quente da Inácia tinha-lhe agarrado na capanga dele para não cair e todo o peito rijo e macio, a boa catinga do corpo maduro dela estavam em cima dele, sentia-lhe entrar em todos os buracos da roupa? (...) Inácia tinha puxado a saia bem encima dos joelhos redondos e lisos e garrido sentiu nos olhos a queimar-lhe, a tapar tudo o resto, aquela pele preta, engraxada, luzia no escuro lá dentro, das coxas compridas e rijas e esse sentir queria-lhe puxar a cabeça mais em cima para espreitar outra vez, mais (...)» (p. 57-58).



Vieira, José Luandino, pseud. *Luanda*.

Luanda : [s.n.], 1963.

30

BRANCA DE NEVE E OS 700 ANÕES

DE JOSÉ VILHENA

José Vilhena foi talvez o humorista que mais conseguiu exasperar o aparelho repressivo do Estado Novo, porque nos seus álbuns, como bem nota o censor, «todos os assuntos indesejáveis são largamente exibidos». Na exibição e desmontagem da hipocrisia social desses tempos não poupava ninguém, autoridades, religiosos, militares, juizes, ou funcionários corruptos.

PROIBIDO DE CIRCULAR

Ouve aqui a opinião do censor, lida por Mário Montenegro (Marionet)

Relatório do Major José de Sousa Chaves, 20 de agosto de 1962 com o Despacho de proibição de 22 do mesmo mês:

«Este livro cínico e despudorado revela uma ousadia que bem se pode qualificar de desafio às Autoridades, pois que abertamente as ataca, e apresenta textos em que todos os assuntos indesejáveis são largamente exibidos. Assim, faz abertamente propaganda comunista, achincha com diatribes dissolventes a Família, a ordem social e a religião católica, é escrito com linguagem desbragada, tem passagens da mais baixa obscenidade, ilustrações imorais e, tão maciça é a sua inconveniência, que ocioso se torna fazer citações.

Acresce que anuncia as obras já proibidas do mesmo autor e a próxima continuação de uma delas.

Julgo portanto que este livro não pode deixar de ser proibido de circular no País.»



Vilhena, José, 1927–2015
Branca de Neve e os 700 anões.

Lisboa : Ed. do Aut., 1962.

BIBLIOGRAFIA

Assembleia da República, *Livros proibidos no Estado Novo*. 2.^a ed. Lisboa : AR, 2005.

Azevedo, Cândido de, *Mutiladas e proibidas : para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. [Lisboa] : Caminho, 1997.

Magalhães, Júlio de, *José Régio e a homossexualidade*. Post no blog *Do Médio-Oriente e afins*, 4 ago. 2022.

Disponível em: <http://domedioorienteeafins.blogspot.com/2022/08/jose-regio-e-homossexualidade.html>

Menano, António A., «Breves considerações sobre literatura erótica : a propósito de Nita Clímaco», in *Mar Alto*, n.º 11, Figueira da Foz, 24 ago. 1966, p.1 e 5.

Nunes, Renato, *Miguel Torga e a PIDE : a repressão e os escritores no Estado Novo*. Coimbra : Minerva Coimbra, 2007.

Nunes, Renato, *Aquilino Ribeiro na Ditadura Militar e no Estado Novo de Salazar : (1926-1963)*. Coimbra : MinervaCoimbra, 2020.

Pedrosa, Ana Bárbara, «Do zeitgeist às prateleiras : as obras das autoras portuguesas censuradas». *Anu. de Lit.* ISSN 2175-7917, Florianópolis, v. 24, n. 2, nov. 2019, p. 116-134.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7917.2019v24n2p116>

Seiça, Álvaro (coord.), e outros, *Obras proibidas e censuradas no Estado Novo*. Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2022.

Vieira, Yvette, «Minha senhora de mim», *Revista YVI*, 07 mar. 2017 22:38.

Disponível em: <https://www.revistayvi.com/pt/livros/minha-senhora-de-mim.html>